

Cultura Histórica: saberes e conhecimento histórico.

Hérick Dayann Morais de Meneses*

GUARABIRA
Outubro/2008

Introdução

O grande embate do conhecimento histórico nos dias de hoje é a busca por tentar explicar novos conceitos e/ou expressões que vêm ganhando atenção por parte dos historiadores. Termos como “modernidade”, “pós-modernidade”, “cultura” e “cultura histórica” estão cada vez mais fazendo parte do debate historiográfico, principalmente nos cursos de pós-graduação. Na conformação da área de concentração do Programa de Pós-Graduação em História da UFPB (Universidade Federal da Paraíba), muito recentemente o professor Élio Chaves Flores ressaltou: “a expressão cultura histórica procura inventariar a articulação entre o processo histórico e a produção, transmissão e recepção do conhecimento histórico” (2007, p.2-3).

Pretendemos, ao longo deste texto, mapear algumas questões referentes a essa produção que o termo cultura histórica demanda, e de como será importante entendê-la para o nosso objeto de dissertação, que fará uma análise historiográfica acerca de dois autores e suas respectivas obras, e como as suas interpretações acerca do tema específico da análise, que é a ocupação holandesa na Paraíba, se transformaram na expressividade de uma cultura histórica local, que também não deixou de ser historiográfica, e por isto destacaremos, ao longo do texto, o lugar social em que os mesmos estavam inseridos, o que propiciará um melhor entendimento da cultura histórica de sua época.

Daremos ênfase à questão de que, mesmo não sendo historiadores de profissão, tiveram e têm relevância frente à história da Paraíba, aos Institutos Históricos, ao saber escolar, mapeando como tal relevância foi sendo constituída e se fixou como uma forte cultura histórica local. Lembramos que, no dizer de Ângela de Castro Gomes (1996), existem outros agentes que escrevem sobre história e que não são profissionais e que, por isso, a cultura histórica “extrapola o pequeno mundo dos historiadores” (1996, p.37-38). Assim como nós, a autora toma como base um certo período específico da história, o Estado Novo (1937-1945), e o entende como uma forte conformação política que foi representado como a expressão da cultura histórica de sua época.

Neste percurso apresentaremos uma reflexão sobre a idéia de representações por a considerarmos relevante no entendimento das posições dos autores que estamos investigando. Enfim, mesmo não exercendo o *métier* como historiadores profissionais, tais autores elaboram saberes e conhecimento histórico que até hoje estão fortemente arraigados no seio da sociedade paraibana.

Cultura: um termo complexo e polissêmico.

Pensar, fazer, escrever e/ou definir o que seja cultura não é nada fácil, pois se trata de uma palavra preeminente complexa e polissêmica. Vários autores, em vários campos do conhecimento, ao longo dos anos, vêm buscando, com dificuldade, encontrar um conceito mais geral, tendo em vista a gama de questões que a ele se remontam e a complexidade que existe nas próprias sociedades.

Existem muitos leques para tal discussão, porém, procuraremos, ao longo deste tópico, discutir algumas visões de cultura para, mais adiante, mapear acerca de duas de suas expressões: a cultura historiográfica e a cultura histórica. Será que ambas são a mesma coisa? Iniciaremos tentando mapear a polissemia do termo cultura. Em tempos de globalização e pós-modernidade, muito tem se discutido sobre isto. Terry Eagleton (2005) aponta que “cultura é considerada uma das duas ou três palavras mais complexas de nossa língua” (2005, p.9). Etimológica trata-se de palavra que se derivou da natureza, relacionado aos termos “lavoura” ou “cultivo agrícola” (2005, p.9). Mas ela não é só isso e é necessário que regras sejam cumpridas, ou seja, aquilo do que venha a ser regulado e não regulado pelas suas expressividades. Nesta perspectiva, percebemos que dentro da própria visão deste autor o termo é mesmo multifacetado, porque nos apresentam várias conformações que a mesma possa inventariar. Nesta mesma direção, a cultura ainda pode nos proporcionar um efeito de auto-superação e/ou auto-realização. Isto é bem interessante porque vários povos em várias sociedades vencem barreiras, superam desafios e se realizam produzindo cultura.

Uma versão forte na idéia de Eagleton (2005) está na reflexão acerca do entendimento que Raymond Williams tem sobre cultura e sobre o que investigou, que é a discussão em torno da mesma ter um sentido frente à palavra civilidade e depois civilização. Este embate gerou muitas discussões entre os franceses e alemães. Assim nos diz:

“Todavia, ao passo que a “civilização” francesa incluía tipicamente a vida política, econômica e técnica, a “cultura germânica tinha uma referência mais estreitamente religiosa, artística e intelectual. Podia também significar o refinamento intelectual de um grupo ou indivíduo, em vez da sociedade em sua totalidade. A “civilização” minimizava as diferenças nacionais, ao passo que a “cultura as realçava.” (EAGLETON, 2005, p.20).

Ainda diz que a versão romântica dela “evoluiu com o passar do tempo para uma versão científica” (2005, p. 44). Tal visão romântica é possível de ser identificada nas obras dos autores que iremos analisar em nossa dissertação, tendo em vista que os mesmos sofreram influências do romantismo do século XIX, e justamente nesse século houve uma

guinada em relação às discussões a que este termo remonta, assim como vários outros, já que o mesmo foi o século da cientificidade, em que as explicações da realidade deveriam agora seguir e encontrar seus padrões científicos. Mediante todo esse embate Terry Eagleton percebe a cultura como sendo uma afirmação tanto da pré, como da pós-modernidade.

O pós-modernismo também suscita uma série de discussões sobre o lugar da cultura. Jameson (1997) diz que ele – o pós-modernismo - se apresenta como tendo um dominante cultural, mas que também é paradoxal afirmar que tudo seja pós-moderno:

não me parece, de modo algum, que toda produção cultural de nossos dias é pós-moderna no sentido amplo em que vou usar esse termo. O pós-moderno é, no entanto, o campo de forças em que vários tipos bem diferentes de impulso cultural - o que Raymond Williams chamou, certamente, de formas "residuais" e "emergentes" de produção cultural - tem que encontrar seu caminho (1997, p. 31).

Fundamenta suas idéias afirmando que a produção cultural na fase do capitalismo tardio apresenta algumas características, entre elas, a falta de profundidade e o aparecimento de um novo tipo de superficialidade no sentido mais literal, o que é talvez a mais importante característica formal de todos os pós-modernos. Uma outra característica é o desaparecimento do sujeito individual, ou seja, uma expressividade da cultura que agora se tornou global. Uma outra questão é sobre a inferência que nós mesmos, os seres humanos que estão nesse espaço não acompanharmos a evolução da mesma, sendo necessário a construção de novos espaços, de um "hiperespaço", "e isso se deve, em parte, ao fato de que já nossos hábitos perceptíveis foram formados naquele tipo de espaço mais antigo a que chamarei espaço do alto modernismo" (2005, p. 64). Por fim, segundo a tese de Jameson, a cultura tornou-se uma mercadoria, e essa é a expressão maior da confusão espacial/social em que vivemos.

Todo este debate acerca do pós-moderno é para que fique claro que as discussões em torno de cultura ficaram cada vez mais complexas, mais globais, e que, mesmo analisando produções do século XIX, o gancho com o presente é um caminho inevitável, afinal o conhecimento histórico é resultado das nossas indagações sobre o presente e do presente sobre o passado. Boaventura de Sousa Santos (2002) também dá destaque à cultura que, segundo ele, é global e é um projeto primordial da modernidade em que o Estado-Nação provocou o esmagamento da "rica variedade de culturas locais existentes no território nacional" (2002, p. 48). A preocupação preeminente deste autor não está em fazer o percurso de Jameson, que foi o de entender a cultura e sua relação com o capitalismo

tardio, e sim, buscar entender como a mesma se articulou dentro dos processos do mundo globalizado, ou seja, se a mesma é uma questão nova ou velha, por exemplo. Pensa ainda a globalização como sendo cultural e como ela se comportou frente à virada cultural da década de oitenta, ou seja, a mudança que as discussões ganharam em torno não mais da problemática sócio-econômica, mas da questão cultural.

Estas são algumas das visões que este termo híbrido denota e que se aprofundado com intensidade gera um debate extremamente acalorado, em virtude das diferenças de pensamento e das questões que o envolvem.

Cultura Histórica x cultura historiográfica: saber, conhecimento e representações.

Para tentar mapear uma discussão em torno das questões acerca do que sejam cultura histórica e cultura historiográfica, é necessário ressaltar que ambas expressam a polissemia do termo cultura a que já nos referimos. Muitas vezes parecem ser sinônimos, já que nossa vida, hábitos, práticas e representações seriam expressões de uma cultura histórica. E a cultura historiográfica faz parte desse universo, pois como afirma José Jobson de Arruda, “pensar a cultura histórica é pensar historiograficamente” (2007, p.1). Portanto, elas são saberes, são conhecimentos, na medida e com perspectivas diferentes, já que uma está mais inclinada a guardar as informações (a historiográfica), ou seja, “em outras palavras, isso significa interpretar como os historiadores representam o passado sob a forma de uma história que é denominada de “cultura historiográfica” (DIEHL, 2004, p. 42). Por outro lado, a cultura histórica constitui o universo que compreende a cultura historiográfica, e outros espaços de produção de saberes históricos.

No caso em que estudamos, nossos autores, a um só tempo, produtores e frutos de uma cultura histórica desenvolvida pelo viés dos Institutos Históricos, criados a partir do século XIX (o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838, o Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, em 1862 e o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, em 1905) e suas obras (a cultura historiográfica) fundamentaram-se naqueles que, segundo Ângela de Castro Gomes (1996, 39), “desbravaram a história do Brasil, por exemplo, Varnhagen e Capistrano de Abreu”. Nesta perspectiva, criou-se também na Paraíba por meio do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, uma cultura historiográfica muito forte produzida por intelectuais como esses que, no dizer da mesma autora, constituem um conjunto que extrapola o “pequeno mundo dos historiadores”, se considerarmos apenas os de formação. Ao usar tal expressão, a autora refere-se a muitos romancistas, poetas e,

principalmente, jornalistas que se dedicaram a produzir uma forte cultura historiográfica e política acerca do Estado Novo, período que foi consolidado no Brasil, de 1937 a 1945, durante o governo de Getúlio Vargas. Tal consideração pode ser estendida ao período que ora pretendemos analisar. E é justamente isto que iremos fazer em um dos capítulos do nosso trabalho, ou seja, analisar a cultura historiográfica produzida pelos autores já especificados acerca do período holandês na Paraíba (1634-1654).

Para atingir o objetivo da nossa área de concentração, que é cultura histórica trabalharemos com o campo da história cultural, que:

se torna mais preciso e evidente a partir das últimas décadas do século XX, mas que tem claros antecedentes desde o início do século, é particularmente rica no sentido de abrigar no seu seio diferentes possibilidades de tratamento, por vezes antagônicas (BARROS, 2004, p.55).

Tal campo nos permite buscar os suportes para entendermos o contexto em que os autores e as obras analisadas estão inseridos. Este, por sua vez, vem ampliando as perspectivas do conhecimento histórico. Para ser mais preciso, procuraremos abordá-lo no domínio da história dos intelectuais/história das idéias, já que estaremos analisando duas obras que foram e são importantes para a compreensão da História da Paraíba, bem como os intelectuais que as escreveram. Porém, como o conhecimento histórico permite aos pesquisadores trabalhar com várias perspectivas metodológicas, apresentaremos aqui algumas delas que discutem e problematizam sobre o campo da história cultural e o domínio da história das idéias/história dos intelectuais.

Na história esse embate entre a nomenclatura dos termos é bem recente. Por exemplo, Ronaldo Vainfas (1997) ao escrever o artigo “história das mentalidades e história cultural” apresenta à evolução da história das mentalidades, de suas definições, métodos e teorias definindo que as mesmas acabarão por se refugiar no campo da história cultural. Assim diz: “o grande refúgio da história das mentalidades foi, contudo, o da chamada história cultural” (1997, p.148). Tal discussão é importante, pois o autor afirmará em seguida que uma das características dessa história cultural é justamente o distanciamento em relação ao domínio da história das idéias, ou seja, nega tal domínio dentro do campo da história cultural, quando diz:

nova coincidência, convém frisar, entre a história cultural e a das mentalidades: o distanciamento em relação à chamada história das idéias, história do pensamento formal, da filosofia ou dos “grandes pensadores” (1997, p. 149).

Todavia, José d'Assunção Barros aprofunda a discussão acerca da relação entre a história das ideias e a história cultural, e, para isso, enfatiza que a mesma se apresenta “como um dos domínios mais significativos da história cultural” (2006, p.131). E com relação à história das ideias/intelectual vai mais além:

Esse campo da história cultural, desde já podemos notar, sintoniza-se diretamente com o domínio da História das Ideias. Entre outras possibilidades, pode-se estudar por exemplo as ideias políticas (a Democracia, o Estado Absoluto, as diversas trajetórias da noção de Liberdade ou de Igualdade nos vários períodos históricos, ou conjuntos teóricos mais abrangentes e acabados como o Positivismo. E vale lembrar que as ideias podem ser examinadas pelo historiador no âmbito das produções individuais (uma História Intelectual propriamente dita) ou no âmbito de correntes de pensamento para as quais contribuíram grupos de indivíduos (o Iluminismo, o Liberalismo, o Socialismo) (2006, p. 135).

Estas duas visões divergentes mostram como as discussões históricas são complexas, heterogêneas e problematizam as diversidades de recursos metodológicos e teóricos disponíveis para a nossa área de conhecimento.

Por esta razão ou razões, entendemos que a cultura histórica contemporânea requer, cada vez mais, dos historiadores uma intensa reflexão acerca da natureza do seu campo de conhecimento, inclusive quanto às suas possibilidades de atingir condições de verossimilhança.

No caso dos nossos autores é interessante saber por que e para quem escreviam, e como esse saber foi se arraigando ao longo do tempo, a ponto de ainda hoje ser muito influente em diferentes espaços da cultura histórica paraibana, notadamente entre os meios de comunicação e o saber histórico escolar. Neste sentido, sabemos, como já foi dito, que a cultura histórica não fica restrita somente ao *métier* dos historiadores profissionais; outros agentes também se dedicam a narrar e escrever, ou seja, a produzir, textos que contemplam saberes históricos. Muitos desses, inclusive, se institucionalizaram ao longo do tempo, inclusive e principalmente, no seio do próprio Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, onde esse saber ficou “preservado”.

Jacques Le Goff (1992) nos mostra que toda cultura histórica é constituída em torno de uma preocupação central com o passado. Para ele, a mentalidade histórica de uma época era um dos frutos da cultura histórica e a “memória não é a história, mas um dos seus objetos e simultaneamente um nível elementar de elaboração histórica” (LE GOFF, 1992, p. 49).

Ele também concorda que não só os historiadores profissionais escrevem sobre história. Assim diz: “a história já tem a sorte ou a infelicidade (única entre todas as ciências?)

de poder ser feita convenientemente pelos amadores” (1992, p. 50). De fato, percebemos isto no caso em que estudamos, já que Maximiano Lopes Machado e Irineu Ferreira Pinto não eram historiadores de profissão, mas escreveram “representações” sobre a Paraíba, que até os dias de hoje são sempre revisitadas por pesquisadores que se debruçam sobre ela. E isto foi fruto do século XIX, que fez deflagrar o surgimento das discussões nacionais e dos Institutos Históricos, através dos quais a História nacional foi representada. Esta preocupação pelo viés nacional segue uma tradição que estava sendo amplamente difundida na Europa.

Os temas nacionais eram questões que, naquele momento, também eram travadas nos centros europeus. Uma vez tida em mente que a preocupação central era com a formulação do Estado nacional brasileiro, o delineamento da nação passou a ser o cerne de debates durante as reuniões na instituição carioca e sua fundação em 1838 contribui para a viabilidade de tal projeto. É importante destacar que a moldura teórica dessa instituição estivera bastante influenciada pela perspectiva iluminista que moldava a forma de pensar no século XIX, mas que também, mais tarde, passará a ser questionada, não pelo Instituto, mas pelos próprios historiadores que atribuirão ao século XIX atenção especial à questão do posicionamento do conhecimento histórico. A influência da filosofia iluminista da história no IHGB “levou à necessidade de orientar a historiografia para um pacto consensual...” (DIEHL, 1998, p.27). Tais questões são tratadas por Arno Wehling como uma forma de designar o que seja uma cultura histórica no século XIX, ou seja, o “espraiar do historicismo fora do mundo intelectual” (1999, p.30). É importante destacar que a noção de “cultura histórica” de Wehling é diferente daquela com a qual estamos trabalhando. Tal pensamento se deve ao fato de que muitos daqueles que escreviam para as revistas do Instituto eram membros da elite e não necessariamente historiadores de profissão, como já dissemos. Mas naquele momento eram válidas as contribuições dos mesmos já que a preocupação não estava na veracidade histórica dos textos, mas na conformação de uma cultura histórica que significasse a idealização dos ideais de nacionalidade, amor à pátria e exaltação dos seus chefes.

Dessa forma, as representações estão no mundo e nas mentes. Os saberes/conhecimentos presentes nas obras de Machado e de Pinto são “fenômenos sociais que nos permitem identificar de maneira concreta as representações e de trabalhar sobre elas; são, nós o sabemos, as conversações, dentro das quais se elaboram os saberes populares e o senso comum” (MOSCOVICI, 1994, p.9). Interessa-nos, assim,

fundamentalmente perceber como tais representações funcionam na sociedade, e como isso foi e está sendo difundido.

No campo da história cultural, Roger Chartier mostra-se um dos mais notáveis estudiosos na atualidade. Com vasta produção nesta área, notadamente, sobre práticas de escrita e de leitura no mundo ocidental, Chartier também é um importante pensador e divulgador de noções caras ao historiador, tais como as questões de apropriação e de representação. A construção das identidades sociais seria o resultado de uma relação de força entre as representações impostas por aqueles que têm poder de classificar e de nomear e a definição submetida ou resistente, que cada comunidade produz de si mesma. Esperamos na nossa dissertação, seguindo o conselho de Chartier, perceber que “a história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objetivo identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (2002, p. 16). Considerando o ponto de vista de Minayo (1994) de que tais representações estão amplamente manifestadas nas palavras, sentimentos e condutas e que por isso se institucionalizam, concordamos com ela quando diz que:

Algumas representações sociais são mais abrangentes em termos da sociedade como um todo e revelam a visão de mundo de determinada época. São as concepções das classes dominantes dentro da história de uma sociedade. Mas essas mesmas idéias abrangentes possuem elementos de passado na sua conformação e projetam o futuro em termos de reprodução da dominação. (MINAYO, 1994, p.109)

No entanto é preciso ressaltar que as mesmas não buscam explicar a realidade, nem tão pouco devem ser confundidas com uma verdade científica, ao contrário, devem ser usadas para analisar de que forma as estruturas sociais são incorporadas por um determinado grupo (no caso, os membros do IHGP) e as formas que esse grupo usa para construir a sua identidade, ou seja, a cultura histórica local que, no caso do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, teve o ideal de garantir a unidade nacional, atribuindo ao intelectual paraibano um apego à colonização portuguesa, no sentido de que a Paraíba teria se originado de uma paz que se formou da bravura e do sentimento de nacionalidade, como uma demonstração de resistência nas lutas separatistas dos holandeses do Brasil. Dias considero este esforço o de construir uma identidade local, “a paraibanidade”. Assim como nos outros Institutos, seus sócios eram pessoas do seio da elite paraibana, e segundo Margarida Dias se atribuíram e realizaram um desígnio:

os fundadores do IHGP colocaram-se a si próprios como marco histórico, construindo a única ruptura permitida nessa historiografia e a mais importante: a passagem de uma Paraíba sem história para uma Paraíba com História e escrita pelos paraibanos (1996, p.36).

Nesse caso, pretendemos mostrar como dois de seus membros, Maximiano Lopes Machado e Irineu Ferreira Pinto, construíram essa história, embasados no período holandês, no qual, para os mesmos se concretizaram os princípios de nacionalidade. Procuraremos, ainda, mostrar que tal visão é discutível, porque é sustentada dentro de um ideal positivista bastante forte, e com a evolução do campo histórico e de suas novas abordagens, tal visão é passível de um novo olhar mais interpretativo.

Considerações Finais

A discussão sobre este tema em expansão que é cultura histórica fomentará ainda muitos debates, porque essa tentativa de interpretação do passado, é uma atividade ampla, complexa e exaustiva.

Parece-nos que tal dimensão ainda seja uma atividade utópica, mas que não é impossível. Por isto, é preferível pensar a cultura histórica como um campo do saber, um conhecimento, porque possui muitas variáveis e deve ser entendida dentro de uma complexidade de contextos.

Percebe-se que este é um campo que vem preenchendo lacunas, que é um estudo produzido com base em um conhecimento histórico, que possui conteúdos e propósitos diferentes, ou seja, que dá sentido à elaboração do conhecimento histórico. O campo está aberto e é instigante. Fronteiras existem para serem superadas. Cabe aos historiadores se debruçarem neste campo em expansão e por em prática novos estudos que melhor fundamentem e elaborem novas idéias, sendo possível entender como as sociedades elaboraram suas representações do passado, e como será interessante fazer a reconstrução dessas histórias e de suas culturas históricas.

Ao longo do nosso texto, procuramos mostrar como o conceito de cultura é complexo e evoluiu ao longo do tempo e das sociedades, ressaltando os divergentes entendimentos sobre a mesma. Sem dúvida os pontos apresentados irão nos proporcionar um levantamento de sub-itens a partir do momento em que a pesquisa de fato for se desenvolvendo, mas a proposta para este momento era mesmo esta: apresentar o tema, algumas noções do que venha a ser cultura histórica e os seus “saberes”, dentre eles, o historiográfico.

